



MUDANÇAS NO COTIDIANO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DE BREJO GRANDE – SERGIPE, BRASIL

CHANGES OF THE DAILY LIFE OF THE TRADITIONAL FISHING COMMUNITIES OF BREJO GRANDE - SERGIPE, BRAZIL

CAMBIOS EN LA VIDA COTIDIANA DE LAS COMUNIDADES PESQUERAS TRADICIONALES DE BREJO GRANDE - SERGIPE, BRASIL

Profª Drª Neise Mare de Souza Alves

Universidade Federal de Sergipe - Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia
E-mail: neisemare@gmail.com

Profª Drª Débora Barbosa da Silva

Universidade Federal de Sergipe - Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia
E-mail: deborabarbs@gmail.com

Izabella Santos de Macêdo Carvalho

Universidade Federal de Sergipe - Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia
E-mail: izamace@yahoo.com.br

Bruna Leydiane Pereira Santana

Universidade Federal de Sergipe - Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia
E-mail: bruna.leydiane@gmail.com

Ray dos Santos Andrade

Universidade Federal de Sergipe
E-mail: raybiotanca@gmail.com

RESUMO:

A pesca sempre foi uma atividade praticada pelas comunidades tradicionais residentes nas áreas litorâneas e ribeirinhas. Brejo Grande é um município costeiro do estado de Sergipe, situado no ambiente estuarino do rio São Francisco. Na atualidade, existem comunidades reconhecidas como quilombolas, cuja reprodução social depende da pesca artesanal, da captura de caranguejo e de mariscos. Este trabalho tem por objetivo analisar as mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande relacionadas com as alterações na dinâmica ambiental e com as novas orientações econômicas. Os estudos foram desenvolvidos durante a execução de um projeto de extensão universitária. Metodologicamente adotaram-se a categoria Território, os princípios sistêmicos e os fundamentos da pesquisa participativa. Os procedimentos básicos foram: levantamento bibliográfico e documental, realização de entrevistas e trabalhos de campo. Os resultados revelaram que a atividade pesqueira continua sendo importante na reprodução social e fonte de renda das famílias nas comunidades tradicionais locais. Nos dias atuais, constata-se uma orientação para o desenvolvimento do turismo e das atividades aquícolas – piscicultura e carcinicultura, identificadas pelas comunidades como potencial ameaça à atividade pesqueira artesanal.

Palavras chave: Pesca artesanal; comunidades tradicionais; Brejo Grande.

ABSTRACT:

Traditional communities living in the coastal and riverine areas have always practiced fishing. Brejo Grande is a coastal city of the state of Sergipe, which is located at the estuarine environment of São Francisco River. Nowadays, there are communities officially recognized as quilombolas, whose living depends on the artisanal fishing, the capture of crab and shellfish. This work aims to analyze the changes of the daily life of these traditional fishing communities of Brejo Grande relating to the environmental dynamics changes and with the new economic orientations. The studies were developed during the execution of a university extension project. Methodologically we adopted the Territory category, the systemic principles and the foundations of participatory research. The basic procedures were bibliographical and documentary survey, interviews and fieldwork. The results showed that fishing continues to be important in the social

reproduction and source of income of the local traditional families. Actually, there is an orientation towards the development of tourism and aquaculture activities - fish farming and shrimp farming, identified by communities as a potential threat to artisanal fishing activity.

Keywords: Artisanal fishing; traditional communities; Brejo Grande.

RESUMEN:

La pesca ha sido una actividad practicada por las comunidades tradicionales que viven en las zonas costeras y fluviales. Brejo Grande es un municipio costero en el estado de Sergipe, ubicado en el entorno del estuario del río São Francisco. Actualmente, hay comunidades reconocidas como quilombolas y su reproducción social depende de la pesca artesanal y de la captura de cangrejos y mariscos. Este trabajo tiene como objetivo analizar los cambios en la vida cotidiana de las comunidades pesqueras tradicionales de Brejo Grande relacionados con las alteraciones en la dinámica del medio ambiente y con las nuevas orientaciones económicas. Los estudios han sido desarrollados durante la ejecución de un proyecto de extensión universitaria. En términos metodológicos se ha adoptado la categoría territorio, los principios sistémicos y los fundamentos de investigación participativa. Los procedimientos básicos fueron: bibliográficos y documentales, entrevistas y trabajo de campo. Los resultados revelaron que la pesca se mantiene importante en la reproducción social y como fuente de ingresos para las familias en las comunidades locales tradicionales. Hoy por hoy, se constata una orientación para el desarrollo del turismo y de las actividades acuícolas – cultivo de peces y de camarones – identificadas pelas comunidades como amenaza potencial para la pesca artesanal.

Palabras clave: Pesca artesanal; comunidades tradicionales; Brejo Grande.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país dotado de extenso litoral. Todos os estados da região Nordeste possuem zona costeira e a atividade pesqueira é uma prática comum no cotidiano das comunidades que tradicionalmente ocupam esta área.

O estado de Sergipe apresenta uma costa com aproximadamente 162km onde se destacam estuários de rios importantes como o Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco. A área deste estudo é o município Brejo Grande, que integra o litoral norte sergipano e está situado na margem direita do rio São Francisco, no ambiente estuarino.

Para as comunidades litorâneas e ribeirinhas, a pesca artesanal, a cata de caranguejos e mariscos são práticas ancestrais, repassada através de gerações. Estas atividades, e particularmente, a pesca artesanal difere da pesca industrial no que se refere à produtividade, à utilização de instrumentos e equipamentos simples, geralmente confeccionados pelo pescador e por membros do grupo familiar, que costumam participar também desta atividade produtiva. O pescado obtido é destinado à subsistência do grupo e à comercialização.

Na atualidade, as comunidades tradicionais pesqueiras enfrentam dificuldades diversas, representadas tanto pela falta de políticas públicas específicas que atendam às suas demandas, a crescente especulação imobiliária na zona costeira, o crescimento da atividade pesqueira industrial com uso de novas tecnologias, às quais apenas pequenos grupos têm acesso em razão da necessidade de investimentos financeiros e a expansão das atividades turísticas e aquícolas – carcinicultura e piscicultura. Apesar disso, as comunidades tradicionais pesqueiras resistem e

mantém a prática da pesca artesanal, embora, às vezes, desenvolvam simultaneamente a agricultura de subsistência.

De acordo com Silva (2014, p. 5), “a pesca artesanal brasileira possui numerosas e complexas características que levam em consideração fatores sociais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada região”. Ressalta-se que a conjugação de fatores naturais define as características ambientais contribuindo sobremaneira para favorecer a ocorrência de áreas mais ou menos piscosas, como os estuários e a planície fluviomarinha que abriga o ecossistema manguezal, entre outros. O autor reconhece a complexidade que envolve a análise da pesca artesanal no país, afirmando que

[...] a pesca artesanal no Brasil possui um papel importante na conservação da biodiversidade. Primeiro, pelo caráter extrativista, que necessita de ordenamento adequado para o equilíbrio e manutenção dos ecossistemas e das comunidades ribeirinhas. Segundo, pela própria dependência da pesca com relação aos serviços ambientais. Terceiro, que os modelos de manejo compartilhado resultam em mecanismos mais justos e democráticos de gestão (SILVA 2014, p. 6).

Este autor destaca ainda a necessidade de “[...] tornar esses sistemas mais eficientes para garantir a conservação dos estoques e a perpetuação da economia pesqueira artesanal” (SILVA, 2014, p. 6).

O município de Brejo Grande se insere em um contexto ambiental favorável à atividade pesqueira. A população de aproximadamente oito mil habitantes depende de alguma forma da pesca artesanal e das atividades agrícolas (IBGE, 2014). De acordo com informações obtidas durante os trabalhos de campo, a composição da renda familiar advém da pesca, da cata de caranguejo e da rizicultura. As comunidades tradicionais pesqueiras concentram-se nos povoados da Carapitanga, Resina, Praúna, Saramém, Santa Cruz e Brejão dos Negros.

O objetivo desse trabalho é analisar as mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande/Sergipe, relacionadas com a dinâmica ambiental e novas orientações econômicas definidas para a área.

Nos últimos anos, o contexto social em Brejo Grande vem sendo modificado em razão do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos. Brejão dos Negros sedia a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Brejão dos Negros, que reúne cerca de quatrocentas famílias quilombolas distribuídas neste povoado, naqueles situados no seu entorno e na sede municipal, representando-as juridicamente na defesa de seus direitos.

O reconhecimento das comunidades quilombolas revelou conflitos envolvendo a posse da terra entre comunidades, fazendeiros e empreendedores do ramo imobiliário. Conseqüentemente, surgiram as dificuldades para a continuidade das atividades que garantem a reprodução social das



comunidades tradicionais locais, em particular àquelas que se dedicam à pesca artesanal e à captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*).

Diante do quadro apresentado, os estudos desenvolvidos foram balizados pelas seguintes questões: Quais são as principais atividades praticadas pelas comunidades tradicionais em Brejo Grande? Até que ponto as mudanças ambientais afetam ou estão afetando a reprodução social das famílias das comunidades pesqueiras? Quais os principais conflitos e/ou ameaças à continuidade das atividades produtivas das comunidades tradicionais locais?

2 BASES TEÓRICAS E METODOLOGIA

Os estudos sobre os aspectos da dinâmica ambiental em Brejo Grande/SE se apoiaram na análise sistêmica. Esse método permite compreender como se estabelecem as inter-relações entre os condicionantes naturais associando-as com as intervenções do componente antrópico. A proposta metodológica dos geossistemas (BERTRAND, 1972; CHRISTOFOLETTI, 1999), foi a base para o desenvolvimento dessa análise, pois além de retratar os princípios holísticos-sistêmicos, considera a paisagem como a base onde se realizam as interações entre as dinâmicas natural e social, possibilitando realizar estudos ambientais integrados no âmbito da Geografia.

Uma vez que a análise abarcou aspectos da dinâmica social, adotou-se como categoria analítica o território (HAESBAERT, 2005; SANTOS, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Além disso, ela foi norteada também pelos princípios da pesquisa participativa (BORDA, 2006; THIOLENT, 2013), a fim de que fosse estabelecida uma relação dialógica com os membros das comunidades visando não apenas conhecer o seu modo de vida, mas fundamentalmente, integrar o conhecimento científico e o popular. Nessa perspectiva, foi estabelecido um diálogo horizontal entre esses atores sociais e o grupo de docentes e discentes da extensão universitária, permitindo a participação conjunta e compreensão da realidade local.

Assim, os estudos envolveram diferentes procedimentos metodológicos e etapas. Foram realizados: Pesquisa bibliográfica – sobre publicações que abordam as temáticas do estudo, incluindo boletins e relatórios publicados por órgãos públicos estaduais e federais com dados da área; Levantamento e pesquisa do acervo documental – cujo conteúdo tivesse relação com o histórico de ocupação de Brejo Grande; Elaboração de roteiro de entrevista semiestruturada – contendo questões básicas que permitissem caracterizar as atividades produtivas desenvolvidas, particularmente, a pesca – os tipos de pescado, os equipamentos utilizados na pescaria, destino do pescado e consumo desses alimentos localmente, a importância dos recursos naturais para a atividade e os principais problemas que, na atualidade, afetam a atividade pesqueira; Trabalhos de

Campo – foram feitas três visitas à área para realizar entrevistas, observar a organização do espaço e as mudanças recentes nos tipos de uso e ocupação das terras. Foram entrevistados cinco pescadores e sete pescadoras artesanais, duas lideranças da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Brejão dos Negros e o coordenador local do Projeto de Monitoramento da Produção de Desembarque Pesqueiro mantido pela PETROBRAS, visando obter dados quantitativos dos pescados da área. O anonimato dos pescadores que participaram da pesquisa foi resguardado e a identificação se deu por meio da utilização da letra “P”, seguido pelo número de ordem. O termo de consentimento livre e esclarecido foi apresentado a todos.

3 ASPECTOS DO MEIO AMBIENTE E DA OCUPAÇÃO DA ÁREA

O conhecimento das características ambientais é fundamental para a compreensão da presença de determinadas atividades produtivas em uma área, pois os grupos humanos observam-nas e de certa forma o ambiente induz o uso e ocupação das terras.

Brejo Grande possui na paisagem elementos resultantes da interação da dinâmica fluvial e marinha, visto que o rio São Francisco e o oceano Atlântico limitam suas terras. No período colonial, esses elementos favoreceram a instalação de portos para o escoamento da produção açucareira.

As baixas altitudes predominam neste município sergipano, pois geomorfologicamente, a paisagem está composta por feições da Planície Costeira – terraços marinhos, lençóis de areia, planície fluviolagunar, planície fluviomarinha onde se desenvolve o manguezal, campos de dunas inativas e depressões interdunares onde se instalam lagoas temporárias ou permanentes (ALVES, 2010).

De acordo com a autora supracitada, o clima Tropical Megatérmico Úmido Subúmido apresenta pequena amplitude térmica. As temperaturas variam entre 23,2°C e 28,8°C com média anual em torno de 25,0°C. Verifica-se uma variabilidade pluviométrica caracterizada por um período chuvoso correspondente ao outono-inverno, abrangendo os meses de abril a julho e, um período seco representado pelas estações primavera e verão, que se estende de outubro a fevereiro. Essa variabilidade interfere na dinâmica de escoamento fluvial, na vazão dos rios e no volume de água das lagoas, resultando em consequências que por vezes impossibilitam a pesca artesanal, quando a estiagem é longa (ALVES, 2010).

A vegetação reflete as condições climáticas e edáficas. Segundo Brasil (1983) e Alves (2010), as Formações Pioneiras de Influência Marinha representadas pela Restinga colonizam os solos das classes – Espodosolos e Neossolos Quartzarênicos; as Formações Pioneiras de Influência



Fluviomarinha correspondente ao Mangue ocorrem associadas aos Solos Indiscriminados de Mangue e as Formações Pioneiras de Influência Fluvial são encontradas nas áreas onde predominam os Gleissolos e Neossolos Flúvicos.

Estas características ambientais em Brejo Grande favorecem o desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais como a pesca, a captura de caranguejo e mariscos, a agricultura de subsistência, a rizicultura e a cocoicultura.

Neste ambiente, historicamente, a produção do espaço se relaciona com a descoberta do rio São Francisco pelos navegantes Américo Vespúcio e André Gonçalves, em 04 de outubro de 1501. Ao longo do tempo se configurou um território disputado e ocupado ora por portugueses, ora por franceses ou holandeses, que interagem com a população nativa e, mais tarde, com os africanos (MACHADO, 2009).

A população nativa possuía característica seminômade. Desse modo, considerando a análise de Haesbaert (2005), o processo de desterritorialização desta população e consequente territorialização dos portugueses foi favorecido. Atualmente, as marcas dos processos de territorialização são perceptíveis nas características fenotípicas da população que habita os povoados e nas manifestações culturais. No município, os moradores que residem no povoado Terra Vermelha são apontados como tendo possível ascendência holandesa, em razão da cor da pele, olhos e cabelos claros, são “os galegos”, como costumam ser chamados localmente. Por sua vez, as famílias residentes em Brejão dos Negros, Carapitanga, Saramém, Resina e Santa Cruz se autodeclararam afrodescendentes de território remanescente de quilombo.

De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o território quilombola abrange povoados pertencentes aos municípios de Brejo Grande e Pacatuba, correspondendo a uma área aproximada de 8.125ha, tendo quatrocentos e sessenta e oito famílias cadastradas, distribuídas nos seguintes povoados: Guaratuba (Pacatuba), Carapitanga, Resina, Cabeço, Saramém e Brejão dos Negros (Brejo Grande).

A presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros, denominada a partir do dia 19 de julho de 2006, de Associação Santa Cruz do Brejão dos Negros, em entrevista concedida, assinalou que as famílias associadas são aproximadamente quatrocentas, distribuídas entre a sede municipal de Brejo Grande e povoados Praúna, Santa Cruz, Brejão dos Negros, Carapitanga, Saramém e Resina.

Inicialmente, a ocupação da área esteve relacionada com a lavoura canavieira no estado de Sergipe. A decadência do ciclo da cana-de-açúcar cedeu lugar à rizicultura, que se tornou uma atividade promissora em Brejo Grande, nas primeiras décadas do século XX, pois a presença de

lagoas na planície de inundação do rio São Francisco e a dinâmica das enchentes periódicas da rede hidrográfica favoreciam o cultivo do arroz. Nessa época, a rizicultura se desenvolvia de forma manual e predominavam as relações de trabalho não capitalistas. Os proprietários das fazendas onde se encontravam as lagoas arrendavam-nas para os agricultores interessados e a produção obtida era dividida entre eles. No apogeu da rizicultura, o município chegou a possuir quatro fábricas beneficiadoras do arroz, que se encontram desativadas, atualmente.

A construção da barragem do Sobradinho, em meados da década de setenta, provocou mudanças ambientais com repercussões negativas sobre as atividades produtivas dos municípios do baixo São Francisco, principalmente para a pesca artesanal. As principais foram: i) a redução da vazão e regularização das enchentes do referido rio diminuiu a quantidade de sedimentos e de nutrientes no estuário, favorecendo o surgimento de focos de erosão em setores das margens próximo à foz, em virtude da crescente intensidade das correntes de maré, que adentram o canal fluvial; ii) sem a ocorrência das enchentes, a piscosidade das lagoas foi reduzida; iii) a retenção de sedimentos fluviais na barragem provocou a diminuição da turbidez da água propiciando a atuação de predadores sobre determinadas espécies de peixes do ambiente estuarino, a exemplo da pilombeta (*Anchoviella spp.*; *Anchoa spp.*; *Lycengraulis spp.*), que é pescada principalmente pelas mulheres; iv) a salinização da água do rio São Francisco, dos seus tributários e lagoas, no baixo curso, em razão do avanço da cunha salina no canal fluvial, que está afetando a rizicultura.

Essas mudanças ambientais se relacionam com as intervenções antrópicas sobre a rede hidrográfica e afetam diretamente a pesca artesanal e a produtividade da rizicultura em Brejo Grande (ALVES, 2010). Na atualidade, são encontrados peixes do ambiente marinho no canal do rio São Francisco. Desse modo, os equipamentos para a atividade pesqueira precisam ser readequados para esta nova realidade.

A elevação da salinização no canal do rio São Francisco, de seus afluentes e lagoas está inviabilizando a rizicultura e favorecendo a consolidação da nova reorientação econômica no município, a carcinicultura. As antigas lagoas antes destinadas ao cultivo do arroz estão sendo transformadas em viveiros para criação de camarão *Litopenaeus vannamei*. A expansão da carcinicultura tem implicado na supressão da vegetação de Mangue, descaracterizando a paisagem.

De acordo com uma liderança do povoado Resina, no local, a redução na produtividade do arroz por hectare deve-se a salinização das águas do rio São Francisco e de seus tributários após a construção de barragens, tendo citado a barragem de Xingó, em Canindé de São Francisco. Entretanto, há outros fatores envolvidos nesta questão como a ocorrência de pragas, dificuldades para o pequeno produtor obter linhas de crédito, os altos juros bancários e os conflitos de interesses



em relação ao uso das terras entre membros das comunidades tradicionais, fazendeiros e aquicultores.

Uma política pública que tem contribuído para alterar a produção do espaço e acirrar os conflitos na área de estudo é o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, o PRODETUR/NE, criado pelo Governo Federal na década de noventa. Desde então, o turismo passou a ser visto como a nova orientação econômica para os municípios litorâneos dessa região. Nesse contexto, o potencial turístico de Brejo Grande foi reconhecido por ser um município costeiro, possuir recursos naturais, diversidade de ecossistemas e boas condições climáticas durante o ano inteiro – temperaturas que variam pouco e grande quantidade de dias ensolarados. Os recursos financeiros do PRODETUR/NE foram investidos na melhoria da infraestrutura e em vias que dão acesso no litoral norte de Sergipe. Apesar disso, o turismo ainda não se mostra como uma atividade consolidada na área. Mas, a pressão de incorporadoras do setor imobiliário sobre as terras do município para construção de rede hoteleira de luxo passou a ser mais efetiva e fator gerador de conflitos entre fazendeiros e comunidades remanescentes de quilombo.

No povoado Resina, onde as famílias se dedicam basicamente à pesca artesanal, as lideranças declaram que há alguns anos eles enfrentam esta situação, por ocuparem uma área voltada para o rio São Francisco, que é almejada por uma construtora. Entretanto, a comunidade tem resistido e a questão foi levada a instâncias jurídicas superiores. A Associação Santa Cruz do Brejão dos Negros acompanha o processo e defende a luta da comunidade pela regularização da terra, moradia e por infraestrutura. Na atualidade, a população afirma que as únicas atividades que possibilitam a sua sobrevivência e obtenção de renda são a pesca artesanal, a cata de caranguejo, a rizicultura (embora reduzida) e os cultivos de subsistência – feijão, mandioca e hortaliças.

4 BREJO GRANDE: DA PESCA ARTESANAL À PISCICULTURA

A dinâmica socioeconômica de Brejo Grande esteve continuamente relacionada com as atividades primárias, sendo os recursos naturais da área essenciais para garantir a sobrevivência da população.

Tradicionalmente, a pesca artesanal constitui uma das principais atividades desenvolvidas pelas famílias brejo-grandenses, em razão da identidade cultural, da situação geográfica do município e da presença de recursos ambientais favoráveis – ecossistema manguezal, lagoas, pequenos riachos e o rio São Francisco. A convivência cotidiana das pessoas com esses elementos da paisagem contribuiu para que, de modo espontâneo, fossem formados grupos de pescadores e

pescadoras artesanais, que se reproduzem socialmente a partir da exploração de peixes, caranguejos e mariscos.

A Lei Nº 11.959 (BRASIL, 2009) dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras no país. No seu Artigo 1º se apresenta um conjunto de objetivos dentre os quais se incluem

o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, [...] o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades (BRASIL, 2009, grifos nosso).

Esta Lei considera como atividade pesqueira artesanal, “[...] os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”. No seu Artigo 8º a pesca artesanal é definida como aquela “[...] praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009).

Em Brejo Grande, as famílias das comunidades tradicionais pesqueiras se enquadram nesses critérios. De acordo com a FAO (2010, *apud* SILVA, 2014) mais da metade do pescado capturado no mundo, advém da pesca artesanal, que emprega mais de 90% dos 35 milhões de pescadores.

De acordo com relato dos pescadores entrevistados, em Brejo Grande, a atividade pesqueira se desenvolve principalmente no ambiente fluvial, em particular, no rio São Francisco e na abrangência do município. Antigamente, o momento da pesca era definido em função das condições do tempo, horário das marés e estações do ano. Entretanto, na atualidade, devido à regularização das vazões, mudança no teor de salinidade do estuário e presença de espécies de peixes marinhos no canal fluvial torna-se necessário adequar os equipamentos, principalmente, o tipo de malha e altura das redes.

No Brasil, apesar da extensão do seu litoral, as leis que regulamentam o setor pesqueiro são recentes, tendo sido criadas a partir de 1930.

Até a primeira década do século XX as pescarias eram primitivas e artesanais, predominando a pesca de subsistência, pouco representativa quanto ao volume capturado. Assim sendo, não havia interesse na regulamentação da atividade pesqueira (GIULIETTI, ASSUMPCÃO, 1995, *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 23).

Com o crescimento dessa atividade, no decorrer do tempo, foram sendo definidas normas através de decretos e leis. De acordo com a análise de Oliveira (2012, p. 23)



A história dos pescadores artesanais no Brasil é intimamente ligada à história dos grupos marginalizados e oprimidos da sociedade colonial. Estes grupos sustentavam a si próprios, no regime de fome ao qual eram submetidos, pescando nos mangues e nos rios.

Apesar da pesca artesanal não obter grande reconhecimento no que se refere ao volume, os pescadores artesanais, principalmente no litoral brasileiro, sempre tiveram papel importante no contexto produtivo para as capitais. Segundo o autor supracitado, a maior população pesqueira do Brasil vive na região Nordeste, que corresponde também a mais pobre do território nacional.

Brejo Grande se enquadra nesse cenário. Em 2014, estimou-se sua população em aproximadamente 8.165 habitantes. Por outro lado, de acordo, com o mapa de pobreza e desigualdade de Sergipe - 2003, o município apresenta a maior incidência de *pobreza absoluta* do estado – 65,86%, e no que se refere à *pobreza subjetiva* possui 71,39% dos habitantes nessa condição (IBGE, 2014). O primeiro índice faz referência ao poder de compra de uma população, particularmente, em relação ao acesso aos bens necessários à sobrevivência. A incidência da *pobreza subjetiva* respalda-se na percepção da própria população sobre a satisfação das suas necessidades básicas (ESPÍNOLA; SANTOS; ANDRADE, 2010).

Na atualidade, as famílias reconhecidas como quilombolas vivem basicamente da pesca artesanal e captura de caranguejo. Segundo informação verbal da pescadora (P1) e liderança do povoado Resina, em entrevista concedida – “O rio e as terras são o meu ambiente de trabalho”. Por sua vez, a pescadora (P2) do povoado Carapitanga foi enfática ao afirmar que “o rio e o mangue significam a sobrevivência da gente”. Essa compreensão é compartilhada pela totalidade dos entrevistados e familiares.

Na área de estudo, a pesca artesanal se realiza no ambiente fluvial e fluviomarinho. Nestes, o pescador ou pescadora podem capturar peixes, caranguejos, siris e mariscos. Conforme declaração do pescador (P3) residente na Carapitanga, “A gente tem sempre que trazer alguma coisa da pescaria, nem que seja ostra de gaiteira” (um tipo de ostra que se fixa nas raízes da vegetação de Mangue).

Nas comunidades tradicionais de Brejo Grande, as técnicas e os conhecimentos relativos à pesca artesanal são repassados dos pais para os filhos no labor do dia a dia. Do mesmo modo, se verifica em relação a confecção dos instrumentos de trabalho simples. Geralmente, eles são elaborados pelo próprio pescador e familiares, a exemplo das redes e tarrafas para captura de peixes, da “redinha” e “ratoeira” (armadilhas usadas na captura do caranguejo) construídas com garrafas pet, arame e fios de nylon, desfiados de sacos sintéticos.

O produto da pesca se destina à subsistência do grupo familiar e o excedente costuma ser vendido para os “peixeiros”, comerciantes que adquirem a produção de vários pescadores e revendem o produto no mercado regional.

Dentre os crustáceos capturados em grande quantidade se destaca o caranguejo. A sua captura permite a muitas famílias brejo-grandenses auferirem renda, garantindo-lhes a sobrevivência. Entretanto, no chamado período do defeso, época de reprodução do caranguejo, que se estende do mês de janeiro a abril, essas famílias suspendem temporariamente a atividade e passam a receber o chamado seguro-defeso, um benefício cujo valor corresponde a um salário-mínimo mensal. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) proíbe a captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) durante os quatro meses, sendo responsável pela fiscalização, estabelecendo sanções para aqueles que não acatarem a determinação.

Nos dias atuais, em Brejo Grande, constata-se a expansão da carcinicultura e da piscicultura. Estas atividades aquícolas também são reguladas pela Lei Nº 11.959 (BRASIL, 2009). O Artigo 2º dessa Lei define a aquicultura como “a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária”.

De acordo com Oliveira (2012, p. 26),

[...] a pesca artesanal passou a disputar espaços e políticas públicas com um ramo de produção que cresceu substancialmente no país, a aquicultura, em especial, a tilapicultura [...]. A atividade da piscicultura é vista ao mesmo tempo como um vilão e uma saída para o aumento da renda e conseqüentemente, das condições socioeconômicas das comunidades pescadoras.

Este autor se refere aos conflitos que se estabelecem com frequência entre pescadores artesanais e aquicultores em razão da divergência de interesses em relação ao uso das terras. Em Brejo Grande, as atividades aquícolas têm implicado no crescimento de impactos ambientais, como o corte da vegetação de mangue, pois os viveiros são instalados na franja do manguezal e áreas de apicum e restinga, além de intervenções na rede hidrográfica. A carcinicultura é uma atividade rentável e se encontra em franca expansão na área. Ela reduz a área de pesca das comunidades tradicionais de pescadores artesanais. Conseqüentemente, a segurança alimentar e a reprodução social desse grupo social tornam-se vulneráveis.

Além da carcinicultura, a piscicultura também se encontra presente em Brejo Grande. No povoado Cajuípe existe uma unidade piscicultora instalada no canal do rio São Francisco, onde a criação de peixes da espécie tilápia (*Tilapia rendali*, *Oreochromis niloticus*) se desenvolve em tanques-rede com uso de ração, em água corrente. A partir do momento em que os peixes atingem o



peso ideal para serem consumidos ou comercializados, se realiza a despesca, ou seja, a retirada dos peixes dos tanques-rede ou viveiros. A despesca pode ser total, com o esvaziamento dos tanques e viveiros, ou parcial, quando são retiradas apenas algumas unidades do pescado para a comercialização.

No empreendimento visitado, a despesca é parcial, ou seja, com o uso de um jereré (artefato de pesca assemelhado a uma rede em forma de saco) o funcionário responsável pela fazenda retira certa quantidade de peixes que é vendida para proprietários de restaurantes e bares, entre outros. Segundo informação verbal desse funcionário, com o tipo de manejo ali praticado “o peixe ganha peso mais rápido e a despesca se dá em tempo mais curto”. Desse modo, é possível o proprietário auferir lucro em menor tempo.

Diante dessa realidade, há pescadores artesanais que começam a vislumbrar a carcinicultura e a piscicultura como alternativas para melhoria de sua condição socioeconômica. Entretanto, para isso, eles necessitam de linhas de crédito junto ao sistema financeiro para instalar os viveiros, adquirir alevinos e comprar ração, entre outros insumos.

Nos dias atuais, dentre os principais problemas enfrentados pelos pescadores artesanais em Brejo Grande, se destacam: i) o difícil acesso ao manguezal, lagoas e riachos, devido ao controle dessas áreas por proprietários dos viveiros de carcinicultura; ii) a redução do quantitativo do pescado em razão da regularização das enchentes do rio São Francisco após a construção das barragens, comprometendo a renovação das águas e o abastecimento das lagoas da planície de inundação; iii) a diminuição dos recursos pesqueiros devido às mudanças ambientais e ao aumento do contingente de pessoas realizando a atividade pesqueira; iv) crescimento da especulação imobiliária sobre a terra visando atender ao turismo. Além dessas questões, há problemas estruturais relacionados com a falta de planejamento para o setor e de políticas públicas, que atendam efetivamente as necessidades dos pescadores artesanais.

5 COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS: O LABOR E A TRADIÇÃO ALIMENTAR

O Decreto Nº 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais apresenta os seguintes conceitos no seu Artigo 3º:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: *grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua*

reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
 II - Territórios Tradicionais: *os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente (BRASIL, 2007, grifos nosso).*

Segundo registros históricos, no passado, Brejão dos Negros foi um local de refúgio de escravos fugidos das fazendas e engenhos de cana-de-açúcar. Aqueles que aí se instalaram, constituíram suas famílias e passaram a viver basicamente da pesca artesanal, da lavoura de subsistência e da rizicultura. Assim, ocorreu também nas áreas vizinhas, onde hoje se encontram os povoados Carapitanga, Resina, Saramém e, mais recentemente, Santa Cruz. Essas comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares ocupam terras demarcadas e reconhecidas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como área de quilombo.

O Ministério Público Federal de Sergipe, em novembro de 2009, oficializou publicamente o acesso livre das famílias de comunidades pesqueiras às lagoas marginais da região como forma de garantir a segurança alimentar desses grupos, em particular daqueles que sofrem maior pressão por parte de fazendeiros e incorporadoras da construção civil, por se situarem às margens do rio São Francisco, a exemplo da comunidade da Resina (OLIVEIRA, 2012).

Durante a realização das entrevistas, os membros das comunidades tradicionais foram unânimes em apontar os conflitos territoriais como um fator de insegurança. No dia a dia, o trabalho da pesca se desenvolve com a participação de pessoas da mesma família e outras vezes se realiza coletivamente, com um grupo heterogêneo de pescadores e pescadoras de diferentes famílias, que vai para sua atividade laboral no rio São Francisco, riachos ou manguezal. Nesse caso, a quantidade de pescado obtida é dividida equitativamente entre todos os integrantes.

Da cadeia produtiva da pesca artesanal participam pessoas externas às comunidades tradicionais, chamadas localmente de atravessadores, cambistas ou peixeiros. Quando o pescador não possui uma embarcação, o atravessador “empresta” o barco para a realização da pescaria, condicionando que o produto da pesca obtido será negociado exclusivamente com ele e o valor da produção é pago ao pescador artesanal, após o atravessador descontar um percentual em razão do “empréstimo” da embarcação e do combustível. Da negociação do produto, sempre resta uma quantidade de pescado que será consumido pela família do pescador. Nesse processo, os atravessadores levam vantagem, pois definem o preço do produto, fruto do trabalho do pescador artesanal.

Os peixes, crustáceos e mariscos são incluídos na culinária local. Os pratos geralmente são acompanhados de legumes, hortaliças e farinha de mandioca, produtos cultivados na lavoura de



subsistência. As mulheres costumam salgar os peixes como forma de conservá-los e preferem os de carne branca, em particular – robalo (*Centropomus spp.*), carapeba (*Diapterus rhombeus*) e tainha (*Mugilcephalus*). No cardápio se destacam as moquecas de peixe no leite de coco ou sem coco, a fritada de sururu e o quebradinho de caranguejo, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases teórico-metodológicas mostraram-se apropriadas para as análises efetuadas. Os estudos revelaram que as atividades produtivas básicas praticadas pelos membros das comunidades tradicionais ainda são a pesca artesanal, a cata de caranguejos e de mariscos, complementadas pela agricultura de subsistência. Estas pessoas relacionam as mudanças ambientais com a redução do pescado, que afeta conseqüentemente a pesca artesanal. Elas apontam a construção de barragens no rio São Francisco, como o principal fator responsável pelas dificuldades que enfrentam para manter as atividades laborais tradicionais, pois após a regularização das enchentes, as lagoas da planície de inundação deixaram de ser abastecidas pelos peixes, que ali ficavam aprisionados.

Além dos problemas ambientais decorrentes das intervenções antrópicas, as novas orientações econômicas, representadas pelo turismo e atividades aquícolas (carcinicultura e piscicultura), evidenciaram conflitos em razão dos diferentes interesses dos atores sociais que produzem o espaço – gestores públicos, fazendeiros, comunidades tradicionais, empresários do ramo imobiliário. O turismo, amparado por políticas públicas como o PRODETUR/NE, requer a instalação de equipamentos que atendam a um público cuja cultura não se harmoniza com a realidade da população local. Por sua vez, as atividades aquícolas estão reduzindo o espaço para a prática da atividade pesqueira pelas comunidades tradicionais, pois os recursos hídricos que se encontram nas fazendas de carcinicultura e de piscicultura foram apropriados pelos seus donos.

Esse conjunto de fatores e a falta de políticas públicas que atendam aos interesses das comunidades tradicionais fomentam os conflitos. Mas, apesar das dificuldades, enquanto grupo social, os pescadores artesanais resistem para conservar as suas práticas laborais.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Pesquisa e à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Sergipe, que possibilitaram os estudos realizados através de financiamento, na forma de bolsa de Iniciação Científica/PIBIC e Bolsa de Iniciação à Extensão/PIBIX.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. M. S. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. 2010. 348 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/123456789/1441>>.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. 351 p.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1972.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos de pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 42- 57.

BRASIL. **Lei Nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e dá outras providências. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 233 p.

ESPÍNOLA, G. M.; SANTOS, M. S.; ANDRADE, M. A. **A incidência da pobreza no Brasil: uma análise empírica, 1992-2005**. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010, Natal - RN. Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 165- 205.

IBGE. **Cidades. Sergipe: Brejo Grande**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280070&search=sergipe|brejo-grande>>; Acesso em: 16.06.15.

MACHADO, R. C. V. **Rio São Francisco**. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 10 jan. 2016.

OLIVEIRA, T. R. A. **Meu lugar é o rio: aspectos identitários e territoriais da comunidade de pescadores artesanais do povoado Resina, Brejo Grande/SE**. 2012. 82f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, 2012. Disponível em:



<<http://www.uneb.br/ppgecoh/files/2013/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Ticiano-Oliveira.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2016.

SILVA, A. P. da. **Pesca artesanal brasileira** - aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.32 p.: il. color. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa).

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Recebido em 03 de janeiro de 2017

Aprovado em 20 de abril de 2017

